

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

O PODER PASTORAL E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Karla de Oliveira Santos (UNEAL)
(karla.oliveira@uneal.edu.br)

RESUMO:

A década de 1990 é marcada por reformas educacionais, que conduziram políticas públicas alicerçadas pelo neoliberalismo. Estas políticas tinham como foco a descentralização de recursos financeiros e mudanças estruturais na gestão escolar, no currículo e na avaliação, trazendo implicações para as práticas pedagógicas, principalmente com o estímulo da competitividade entre as escolas de todo o país, através do ranqueamento imposto pelos organismos governamentais, que estabelecem metas a serem alcançadas por cada escola brasileira. Nesse sentido, a partir dos estudos de Michel Foucault, acerca do conceito de poder pastoral, posta em sua obra intitulada Segurança, Território e População, na aula do dia 8 de fevereiro de 1978, no Collège de France, almejamos discutir a relação que o poder pastoral assume nas práticas dos docentes, diretamente envolvidos com as políticas de avaliações em larga escala, que exercem um poder que promove obediência, sujeição, vigilância, cuidado, disciplinamento, guiando os estudantes para o alcance de indicadores educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Pastoral. Educação. Políticas de Avaliações em Larga Escala. Docentes

1 INTRODUÇÃO

O poder pastoral tem seu início no Oriente, principalmente na sociedade hebraica, onde há na história a figura do rei (pastor) com a incumbência de ser o pastor dos homens. Em uma relação de obediência, entre primeiramente Deus e o pastor – sendo o pastor a pessoa designada por Deus para cuidar do rebanho. O pastorado tem seu desenvolvimento e sua intensificação entre os hebreus, mas com um caráter religioso.

Foucault (2008) em sua obra intitulada Segurança, Território e População, na aula de 8 de fevereiro de 1978, inicia a apresentação do que seria denominado de poder pastoral e aponta: “A relação pastoral, em sua forma plena e em sua forma positiva, é, portanto, essencialmente, a relação entre Deus e os homens.” (p.167).

O poder pastoral acaba sendo um poder político exercido por um líder ou guia que salvará o rebanho, zelando por sua vida, estabelecendo uma relação de obediência e conseqüentemente, de sujeição pessoal.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Nesse sentido,

o poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento (FOUCAULT, 2008, p.168).

E ainda, o poder do pastor é fazer o bem, é um poder de cuidado, de dedicação, de zelo, mas principalmente de vigilância sobre o seu rebanho, para que nada de mau aconteça, inclusive se sacrificando pelo rebanho. Como afirma Foucault (2008, p. 171), “o pastor está a serviço do rebanho [...]”. Esse tipo de poder visa ao mesmo tempo, o controle de todos e de cada um do rebanho, pois nenhuma “ovelha” pode escapar dos olhos do pastor.

No Ocidente, o poder pastoral chega através da Igreja Cristã, com o Cristianismo, tendo uma institucionalização do pastorado. Foucault (2008) esclarece que a Igreja Cristã coagulou todos esses temas de poder pastoral e transformou em mecanismos precisos e em instituições definidas, organizando e implantando seus dispositivos de poder.

O pastorado conduz as almas, é a arte de governar os homens, dirigindo, guiando, controlando e manipulando. Na análise de Foucault (2008), é no limiar desse modelo de Estado Moderno que surge a governamentalidade, compreendida como uma prática calculada e refletida, ou seja; a arte de governar.

De acordo com o autor, o pastor guia para a salvação, prescreve a Lei, ensina a verdade. Isso pode ser melhor esclarecido segundo a citação abaixo:

[...] O pastorado está relacionado com a salvação, pois tem por objetivo essencial, fundamental, conduzir os indivíduos ou, em todo caso, permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação [...]. Portanto ele guia os indivíduos e a comunidade pela vereda da salvação. Em segundo lugar, o pastorado está relacionado com a lei, já que, precisamente para que os indivíduos e as comunidades possam alcançar sua salvação, deve zelar por que eles se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus. Enfim, em terceiro lugar, o pastorado está relacionado com a verdade, já que no cristianismo, como em todas as religiões da escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade (FOUCAULT, 2008, p.221).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

O pastorado cristão tem por uma de suas características a dependência integral, baseada em uma relação de obediência que promove a submissão do indivíduo ao pastor. Como pontua Foucault (2008, p.234): “É uma relação de servidão integral.”.

Segundo Bert (2013, p. 136):

O desenvolvimento do Cristianismo não faz desaparecer essa forma pastoral do poder, mas antes transforma radicalmente sua natureza, intensificando o laço de obediência existente na origem entre as ovelhas e o pastor e fazendo dele um laço de sujeição pessoal.

Outro ponto a ser destacado, é que o pastor tem a missão de ensinar. E esse ensinamento deverá ser pelo exemplo de sua própria vida. O ensino deve ter como objetivo dirigir a conduta dos indivíduos, através da observação, da vigilância e da direção da consciência e da imposição de verdades, através de procedimentos de individualização.

Contudo, o modelo de pastorado cristão dá forma à governamentalidade, passando de um governo das almas para um governo político dos homens e das populações. Segundo Gadelha (2009), há um deslocamento onde a ênfase no elemento religioso ou espiritual transfere-se para uma racionalidade política assentada numa razão do Estado.

Castro (2009) acrescenta que a racionalidade política foi se desenvolvendo e sendo imposta ao longo da história das sociedades ocidentais. Ela se enraizou primeiro, na ideia de poder pastoral, depois, na razão de Estado. Destarte, suas características se fazem presentes na sociedade. Não é apenas um poder exercido pelo Estado, mas também por empresas privadas e pela família. Temple (2013) pontua que há uma racionalização para o exercício do poder necessários para governar. Esta racionalização envolve as estratégias aplicadas no pastoral cristão e

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

no governo dos homens. Por agrupar uma série de mecanismos de exercício de poder e do saber para o governo da população, entre os quais estão o do poder pastoral, é que a governamentalidade é um acontecimento moderno que tem seu prelúdio na pastoral cristão.

Dito isto, o trabalho é um recorte de uma tese de doutorado, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. A partir da perspectiva teórica apresentada, se pauta na pesquisa bibliográfica, com o objetivo de discutir a relação que o poder pastoral assume nas práticas dos docentes, diretamente envolvidos com as políticas de avaliações em larga escala, tendo como base teórica os estudos foucaultianos sobre poder pastoral.

2 O PODER PASTORAL E A EDUCAÇÃO

As reformas atuais na educação brasileira direcionam e guiam o trabalho escolar e docente, estabelecendo uma série de regulamentações, mobilizam discursos e tecnologias (como o currículo, a didática, modalidades de organização e gestão escolar, etc.), tornando a alma e as capacidades humanas objetos de disputa e governo.(GARCIA,2010). Ainda segundo a autora, contratos, metas, indicadores (como o IDEB) e os bancos de dados que resultam dos exames nacionais, por exemplo, currículos prescritos, políticas de avaliação e auditoria garantem o governo à distância, a responsabilização individualizada dentro de metas e estratégias definidas centralmente

Pensando acerca destas implicações, partimos do que afirma Cervi (2013, p. 37):

Avalia-se continuamente, apresentam-se os resultados almejados, propõem-se as reformas, criam-se as leis, organizam-se formações para aprender. Espera-se que quase todos estejam na escola por um tempo cada vez maior. Nela, o que está em jogo é ocupar todo o tempo, gestar a inteligência,

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

acreditar na democracia, na participação; acreditar que se é livre, e autônomo, consumir e estar no fluxo.

A partir do exposto, a escola vem sendo transformada em um espaço que permite a produção de saberes para as crianças, imersa em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando os corpos e as mentes das crianças.

No bojo das reformas educacionais das últimas décadas, com a implantação de avaliações em larga escala, estabelecimentos de metas e objetivos em grande parte alheios aos anseios dos indivíduos, podemos presenciar o poder pastoral adaptado a uma nova economia do poder. Quando se observa o contexto escolar, o professor tende a ser a principal figura pastoral, por seu trabalho estar diretamente ligado à formação discente.

Uma das figuras privilegiadas na adoção do poder pastoral pelo Estado Moderno, nas instituições educacionais, é a figura do professor-pastor. Ele assume a responsabilidade pelas ações e o destino de sua turma e de cada um dos seus integrantes. Ele se encarrega de cuidar do bem e do mal que possam acontecer dentro da sala de aula. Ele responde por todos os pecados que possam ser cometidos no “seu” espaço. Embora assuma modalidades leves e participativas entre o professor e a turma há uma relação de submissão absoluta; sem o professor os alunos não saberiam o que fazer como aprender, de qual maneira comportar-se; eles não saberiam o que está bem e o que está mal, como julgar a atitude de um colega, a falta de esforço de si mesmos para cumprir uma tarefa. Para cumprir adequadamente a sua missão, o professor necessita conhecer o máximo possível dos alunos; fará diagnósticos de suas emoções, capacidades e inteligências; conversará com seus pais para saber detalhes iluminadores de seu passado e de seu presente; ganhará confiança de cada aluno para que ele lhe confie seus desejos, angústias e ilusões. Por último, lhe ensinará que sem alguma forma de sacrifício ou renúncia de si e do mundo seria impossível desfrutar de uma vida feliz e de uma sociedade justa (KOHAN, 1996, p.88).

O Estado aperfeiçoa esta tecnologia de poder às suas necessidades. Esse novo formato de poder pastoral pertence a um governo dos corpos, através da disciplina e do governo das populações, através da biopolítica, interferindo

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

diretamente nos processos de subjetivação e sujeição dos indivíduos, onde se coloca o professor como o guia que irá intervir com a disciplina, conduzindo sua turma, cabendo ao mesmo, ajustar as crianças para comportamentos normalizadores e, muitas vezes também, de assujeitamento, a uma dominação política que garante a governamentalidade.

Carvalho (2016, p. 414), acrescenta que caberia ao professor “guiar” a “liberdade” do aluno de modo a garantir que o “máximo de frutos” fosse “obtido com um mínimo de tempo e esforço perdidos”.

O professor-pastor assume uma posição estratégica para a disciplinarização e controle das crianças. Compete a ele zelar, motivar, cuidar de cada criança, para que nada de errado ocorra, buscando a salvação para que a “qualidade” da educação na escola possa ser alcançada, através dos indicadores impostos pelas políticas educacionais de caráter neoliberal.

3 AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL

No bojo das reformas educacionais da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as avaliações em larga escala foram centrais. Nesse período se desenvolvem programas de avaliação que visam determinar parâmetros de qualidade educacional quantitativos para todo o território nacional. Gradativamente foram implantados modelos de avaliação, aos quais, as unidades escolares e os sistemas de ensino, assim como docentes e discentes do país, foram testados com vistas à obtenção e análise de seus desempenhos. A Prova Brasil foi uma dessas iniciativas, passando a integrar um sistema avaliativo. Este fenômeno também ocorreu em outros países da América Latina¹.

Arroyo (2011, p. 35) aponta que:

¹ Honduras (1990); Colômbia (1991); República Dominicana (1992); Argentina e El Salvador (1993); México (1994); Costa Rica, Paraguai e Venezuela (1995) e Bolívia (1996) (FERRER, 2000 in: FARIA & e CUNHA FILGUEIRAS (2007).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

As recentes políticas de avaliação centralizada quantitativa se dão por desempenhos, por etapas, para quantificar progressos, sequencias de ensino-aprendizagem reforçarem lógicas progressivas, sequencias rígidas, aprovadoras, reprovadoras de alunos e mestres.

A partir do exposto, a avaliação da educação escolar foi base estratégica da reforma educacional iniciada na década de 1990, tendo uma ênfase no discurso da qualidade, fundamentado nos famosos três “E” – eficiência, eficácia e efetividade. Qualidade esta, vinculada ao desempenho dos discentes do ensino fundamental, através de testes que medem suas proficiências, sendo a avaliação um instrumento de controle do trabalho escolar, promovendo um falseamento de uma noção de meritocracia, que invisibiliza as desigualdades existentes.

Oliveira e Feldfeber (2011) contribuem com a discussão afirmando que:

Tais avaliações têm servido em muitos casos, como instrumento de avaliação e controle do trabalho docente por meio da premiação aos professores cujos alunos apresentam desempenho satisfatório e o contrário, maior pressão e cobrança daqueles cujos alunos não apresentam bom desempenho (p.29).

As avaliações em larga escala geram uma racionalização voltada apenas para os resultados, que desconsideram os condicionantes intra e extraescolares, que influenciam diretamente na aprendizagem dos discentes. O que se observa é o foco em publicizar apenas resultados que se materializam através do rendimento ou desempenho dos alunos nas avaliações.

Desta forma, o poder indutor das avaliações pode cooptar os alunos que apresentam melhores desempenhos cognitivos ou ainda, excluir no processo de matrícula ou até mesmo no dia da aplicação da prova, os alunos com alguma deficiência ou que revelam dificuldades de aprendizagem, para evitar possíveis resultados ruins que a escola venha a apresentar.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Há uma ênfase por avaliação de resultados (e produtos) e consequentemente, desvaloriza-se a avaliação dos processos, como é o caso dos exames nacionais que reduzem a complexidade do processo educativo apenas ao que é mensurável. É preciso definir se a avaliação será instrumento de controle ou de desenvolvimento, de promoção do ser humano e da escola (SOUZA, 2009).

As avaliações e os que avaliam tensionam o currículo planejado pelos/as docentes, forçando-os/as a seguir os conhecimentos que caem na prova, tornando-os o currículo oficial imposto às escolas. Por sua vez, o caráter centralizado das avaliações tira dos docentes o direito a serem autores, sujeitos da avaliação do seu trabalho. A priorização imposta de apenas determinados conteúdos para avaliação reforça hierarquias de conhecimentos e consequentemente de coletivos docentes.

Há um controle sobre a conduta dos docentes, a partir das políticas de avaliação nacional. Como bem afirma Arroyo (2011, p. 49), “a política nacional de avaliação faz parte de uma ressacralização conservadora dos conteúdos, sobretudo daqueles reduzíveis a competências e habilidades mensuráveis, condicionantes do progresso da nação.”

Ainda segundo o autor, as políticas neoliberais com sua ênfase no treinamento e no domínio de competências e nas avaliações e classificações de alunos e mestres por domínios de resultados, voltam a expatriar a educação dos seus territórios, as escolas, os currículos e a docência (ARROYO, 2011).

A avaliação educacional está implicada em um jogo de interesses no qual expressa o projeto educacional do Estado. As avaliações em larga escala, acabaram tornando-se indicadores de sucesso ou fracasso das políticas educacionais, que muitas vezes são classificatórias e seletivas. Os resultados apresentados por estas avaliações conduzem gestores, a provocar mudanças qualitativas nos sistemas públicos de ensino. Como argumenta Sousa (2014), a partir de uma categoria elencada em seu trabalho:

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Interpretação dos resultados obtidos pelos alunos nas provas como a principal evidência da qualidade de uma dada rede de ensino ou instituição. Ao se enfatizar os produtos em detrimento dos processos, bem como, ao não se considerar, nas análises dos resultados das provas, os contextos de produção e reprodução dos saberes escolares, difunde-se uma noção restrita de qualidade (p.411).

A partir do exposto, o que se observa é a redução da qualidade do ensino a aspectos mensuráveis, controle de docentes e estudantes, provocando ranqueamentos entre escolas, esvaziando o currículo, limitado às disciplinas específicas que serão avaliadas, dando uma maior visibilidade para Língua Portuguesa e Matemática.

Os desempenhos dos alunos nas avaliações de larga escala, como expressão de qualidade, pouco a pouco vêm subsidiando diversas iniciativas de gestão das redes, que se apresentam em nome da promoção dessa qualidade. Sob o argumento da transparência, vêm se inserindo nos programas e planos governamentais, mecanismos que visam dar ampla visibilidade aos resultados das avaliações e, em alguns casos, responsabilização de profissionais ou da escola por esses resultados, traduzida na implantação de incentivos simbólicos ou monetários, com vistas à indução de mudanças. A alocação de recursos diferenciados para as escolas, como meio de premiação por bons resultados, revela a crença de que se a competição no interior das redes de ensino induz a melhores resultados. O mesmo pressuposto está presente em iniciativas de incentivos monetários aos profissionais das escolas. A busca por melhores resultados pode levar a escola [ou, talvez, já esteja levando] a investir mais intensamente nos alunos julgados com maior potencial de obtenção de melhores pontuações nas provas externas, mesmo que isso resulte em iniquidades (SOUSA, 2014, p.412).

Sendo assim, não se pode limitar a qualidade da educação, exclusivamente ao quantitativo da proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, desconsiderando aspectos internos e externos do contexto escolar e de vida dos sujeitos, responsabilizando escola, professores, estudantes e família por tais resultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Concluimos, que há um dispêndio de forças e esforços para uma obediência integral e sujeição dos estudantes aos seus professores, que guiam e responsabilizam os discentes pelos resultados nas avaliações em larga escala, compreendidas como legitimadora da qualidade da educação. Destarte, é necessário repensar o papel da avaliação, colocada como instrumento de desenvolvimento e promoção de supostos padrões universais de qualidade e problematizar como os docentes tem exercido o poder pastoral, no controle e disciplinamento das condutas dos estudantes diante das avaliações em larga escala.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERT, Jean- François. Pensar com Michel Foucault. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: História social da infância no Brasil. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016, p.395-415.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERVI, Gicele Maria. Política de gestão escolar na sociedade do controle. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

FOUCAULT, Michel. Os anormais: curso do Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. In: Revista Brasileira de Educação. V. 15, n 45 set./dez. 2010.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

KOHAN, Walter Omar. Pensando la Filosofía en la educación de los niños. México: Universidade Iberoamericana. 1996. Doutorado em Filosofia (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Dalila Andrade; FELDFEBER, Myriam. Novas e velhas formas de regulação dos sistemas educativos no Brasil e na Argentina. In: Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada. OLIVEIRA, Dalila A.; PINI, Mônica Eva; FELDFEBER, Myriam (org.). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

SOUSA, Sandra Kázia. Concepções de Qualidade da Educação Básica forjadas por meio de Avaliações em Larga Escala. (2014). Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

SOUZA, Lanara Guimarães. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública.(2009). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf>. Acesso em: 26 de janeiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).